

*Discurso na solenidade de abertura da III  
Reunião Nacional de Interlocutores Estaduais  
do Programa Comunidade Solidária*

**CORUMBÁ DE GOIÁS, GO, 18 DE ABRIL DE 1996**

*Meu caro amigo, Governador e Líder de Goiás, Maguito Vilela; Senhora Sandra Regina, que nos dá a honra da presença aqui; Ruth Cardoso, Presidente do Conselho Consultivo do Programa Comunidade Solidária; Ministros aqui presentes; Dr. Paulo Renato; Adib Jatene; Embaixador Sérgio Amaral; General Cardoso; Senhor Vice-Governador de Goiás, Naphtali Alves de Souza; Senadores, meus amigos, Iris Rezen-de, Onofre Quinam, Mauro Miranda, que, como disse o Governador, têm sido realmente constantes nas suas solidariedades aos programas que interessam a Goiás e ao Brasil, a quem sou grato; Senhores Deputados que aqui estão, de Goiás, que, da mesma maneira, têm sido prestantes em todos os momentos em que o Governo precisou de apoio; Senhora Secretária-Executiva do Programa Comunidade Solidária, Anna Peliano; Senhores Interlocutores do Programa Comunidade Solidária; Senhor Prefeito, José Teles, de Corumbá de Goiás; Senhora Primeira-Dama de Corumbá de Goiás; Senhoras, Senhores; Meus Amigos;*

Em primeiro lugar, quero agradecer muito profundamente o modo pelo qual tenho sido tratado em Goiás, pelos goianos, pelos que vi-

vem em Goiás. A Secretária de Goiás que trabalha conosco no programa de assistência social tem sido sempre uma batalhadora para a implementação dos nossos programas, com tanto êxito – Dona Lúcia Vânia.

Queria dizer que as palavras do Governador Maguito Vilela são generosas. Eu sei que ele se expressa com o coração dele. Tenho certeza de que são palavras que saem com espontaneidade, porque ninguém é capaz de dizer as coisas que ele disse, se não vierem de dentro do coração. Fico muito contente, sobretudo com o fato do reconhecimento de que nós, aqui, não estamos buscando discriminações políticas.

Vejo, em frente a mim, o nosso prefeito de Goiânia, Darcy Accorsi, que tem sido, também, constante no apoio aos programas que interessam ao povo de Goiás.

Os governos que privam comigo sabem que nunca pergunto e nem sei de que partido são. Procuo ver qual é o problema que me trazem e procuro resolver esses problemas dentro dos limites das possibilidades do Governo Federal.

Quero agradecer muito o modo pelo qual o Governador se expressou esta manhã, aqui, modo tão generoso, que é o modo goiano de ser. Eu, quando ele fez referência ao fato de que, na verdade, nós temos ligações com Goiás, não sabia que meu bisavô havia estado em Corumbá de Goiás para esse fim. Eu sabia que ele tinha, efetivamente, ajudado a missão Cruls na demarcação da nova capital – e lá no monumento que há em Brasília está registrado isso – e também que foi Governador de Goiás e teve um título que nos honra muito, porque ele era o brigadeiro encarregado da defesa dos índios, já naquela época, no século XIX.

Evidentemente, ao saber disso, fico mais próximo ainda da cidade de Corumbá de Goiás. E, hoje, ao percorrê-la por cima, de helicóptero, vê-se que é uma cidade que tem marco histórico, vê-se que tem uma igreja bonita, uma praça bonita. Eu estava comentando com a Ruth, no helicóptero, que a cidade tem aspecto de uma cidade bem brasileira, porque é bem goiana.

Quero agradecer muito tudo isso. Mas quero também lhes dizer que, no que diz respeito especificamente ao Programa Comunidade Solidária, nós o iniciamos há pouco mais de um ano e esse programa tem objetivo direto e claro. Não é o conjunto dos programas do Governo. Os programas do Governo são muito amplos, mas, no Programa Comunidade Solidária, nosso compromisso é de combater a fome e a pobreza. Daí a expressão do Governador, do nosso interesse direto na questão dos excluídos.

Dói ver, num país como o Brasil – que, na verdade, é a décima economia mundial, é o sétimo produtor de veículos do mundo; já dominamos a tecnologia nuclear, recentemente fui verificar isso, temos técnicas próprias, brasileiras, para isso; somos capazes de lançar satélites, temos técnicas nossas de lançamento de veículos espaciais –, num país com esse conjunto de condições, que ainda temos núcleos de fome, de miséria, de pobreza, comparáveis aos lugares de maior sofrimento da América Latina.

É inaceitável, assim como é inaceitável que nós sejamos surpreendidos – como fui ainda hoje, esta manhã – por conflitos na área rural: é sem-terra lutando por uma causa justa, com a polícia de um Estado, e nós temos que sair correndo para atender, porque nada deve ser feito sem que haja interlocução.

A violência não ajuda nem a um lado nem a outro, e é inaceitável que nós – vejam só! –, no limiar do próximo milênio, ainda estejamos discutindo problemas em que, quando se relê Euclides da Cunha, para velar a história de Antônio Conselheiro, não há tanta diferença. São reações que se compreendem, mas não se justificam, muitas vezes, e que estão numa perspectiva de um Brasil arcaico. E isso não nos exime, a nós, que somos governantes, da nossa responsabilidade de fazer com que esse Brasil arcaico dê lugar a um Brasil moderno. E moderno não quer dizer quinquilharia importada: moderno quer dizer condição de vida decente para o povo do Brasil e acesso ao trabalho.

É inaceitável, e é por isso que nós todos aqui estamos unidos por um sentido de urgência e por um sentido de comprometimento com

alguma coisa que nos leve a dizer que, efetivamente, esse Brasil que, com muito sacrifício, foi se formando como uma nação democrática, essa nação democrática não vai ter paciência para esperar o tempo passar. Nós temos que ir com mais velocidade para enfrentar os problemas fundamentais da pobreza e da exclusão social.

Vamos ser claros: não se trata de que o Governo gaste pouco; pelo contrário, em todas as comparações de gasto social que vejo, o nosso problema não é o montante do gasto; é que nós gastamos mal, nós mal gastamos os nossos recursos, e é por isso que estamos sempre precisando de reformas.

Quando, com tanto clamor, eu falo ao Congresso, e o Congresso ouve, e os Governadores também falam ao Congresso, é porque as reformas não são um capricho de quem governa, mas são uma necessidade imperiosa do País, para que possamos ter mais racionalidade no gasto e para que possamos assegurar, no futuro, a Previdência para todos os brasileiros, e não para um grupo de privilegiados, como há hoje.

Quando nós pedimos a reforma administrativa, é porque os Governadores sabem que não têm como, muitas vezes, fazer frente ao crescimento da folha, automático, vegetativo. Aqui está o Presidente da Assembléia, aqui está o Presidente do Tribunal de Justiça, aqui estão Senadores, Deputados, ex-Governadores, ex-Ministros, Ministros. Eles sabem, nós todos sabemos que é assim mesmo.

Quase todos os dias recebo governadores. Eu digo: “Olha aqui, o que posso fazer é arranjar mais um empréstimo, mas é corda para você se enforcar, não adianta.” Quando o empréstimo é feito para um investimento que vai gerar depois, no futuro, o modo de pagar, é uma coisa; mas, quando ele é feito para pagar salário, não tem volta possível, é aumento do endividamento, sem que se resolvam os problemas de base. Nós vamos ter coragem para enfrentá-los.

Já disse tantas vezes que eu cansei de negociações. Não dá para negociar com o que é inegociável, pelo interesse público. O interesse público exige coragem para tomarmos medidas sérias neste momento. Acho que não há que negociar nada.

Na área social, sabemos também que um dos males que temos que vencer, e estamos vencendo, é a distribuição de recursos em troca de favores políticos. Este governo não está fazendo isso e não fará isso. Os recursos têm que ser distribuídos em função do interesse do povo, e não do interesse do Presidente, do Ministro, do Governador ou do Deputado. Por sorte para nós, a classe política está entendendo isso. Hoje, quantos já são os deputados que sabem que o que têm que fazer é olhar o orçamento, é criticar o programa na saúde, na educação, na questão do emprego, onde seja. É ajudar a implementar o programa, e não simplesmente pensar que o povo fica feliz quando, pessoalmente, leva uma verbinha para cá, uma verbinha para lá. O povo não quer mais isso. O povo quer condições permanentes de um atendimento social decente. Muitas vezes os recursos não chegavam aos destinatários, eles se perdiam nos meandros da burocracia ou, então, desapareciam em entidades que só existiam no papel. E nós acabamos com elas – com muita gritaria, muita gritaria, porque muita gente é prejudicada. Vou dar só um exemplo de longe daqui. No Rio de Janeiro havia distribuição de bolsas de educação para escolas que não existiam. E a representante do Ministro, lá no Rio de Janeiro, que denunciou isso está ameaçada de morte, porque são milhões de reais que se perdem – aí, no caso, não é na burocracia: é na corrupção. Nós estamos acabando com isso.

Acho que o Comunidade Solidária é um mecanismo para isso, é um mecanismo para que os necessitados recebam assistência sem precisar de padrinhos. O novo Brasil não quer padrinhos, ele quer, realmente, o atendimento objetivo, quer ver o resultado. Havendo resultado, há recompensa: o povo entende, o povo sente, o povo apóia, como apóia aqui o Governador de Goiás, porque sabe que ele está fazendo um trabalho sério. E é assim em toda parte.

Nós estamos também mostrando, através dos mecanismos do Comunidade Solidária, que tem que haver um entendimento entre estado, município e União. Isso é fundamental. O Governo Federal sozinho, em Brasília, não faz nada, os braços e as pernas são curtos, não chegam lá em baixo. Se não houver um entrosamento entre a União,

os estados, e os municípios, não vamos resolver os problemas sociais. Nós estamos descentralizando, mas descentralizando para valer. Que o diga o Ministro da Saúde com a questão do SUS.

É enormemente difícil, porque se trata de uma modificação na cabeça das pessoas. Há uma mudança cultural, uma revolução branca, e isso leva tempo. Falta, muitas vezes, aquela velocidade que, no passado, se conseguia às custas de mecanismos deformados. Mas, mais vale negociar, discutir, analisar, aprofundar, para depois, então, os canais fluírem com mais rapidez, do que tentarmos, apressadamente, atender pelo grito de um ou pelo grito de outro. Não. Não é pelo grito que se resolve: é pela discussão técnica – e política também, uma política com “p” maiúsculo, como a que estamos fazendo. Não basta, portanto, gastar mais em ações sociais: é preciso gastar melhor.

Não estou, com isso, negando a necessidade de recursos. Basta olhar para o Ministro Jatene, que sabe que estou empenhado em que o Congresso aprove o imposto do cheque, a CPMF, para ver que precisamos de recursos. Mas precisamos gastar melhor, identificar, com critérios técnicos e transparentes, aqueles que mais necessitam, construir essas formas de parceria, que é uma nova institucionalidade.

Essa é a verdadeira reforma do Estado. O Estado não se reforma simplesmente com uma lei que se aprove no Congresso. O Estado se reforma quando põe em funcionamento um conjunto de ações que vão se entrosando de outra maneira. Essa é a reforma difícil, porque é a reforma que não aparece, é a reforma que não tem brilho, porque é a reforma que vai ao cotidiano, que é isso de a Dra. Anna Peliano estar no telefone, reclamando; que é isso de o Conselho das Mulheres reclamar, quando não há o atendimento efetivo das reivindicações delas; ou que é isso de o Comunidade Solidária reclamar. É a reforma que se faz quando existe uma pressão da própria sociedade, que vai se entrosando, sem participar do Governo, como responsável, mas vai se entrosando como crítica e se solidarizando quando o Governo acerta e criticando quando o Governo erra. E é o funcionário, o técnico ou o político entenderem que esse novo ajuste

da sociedade com a administração é fundamental para que as coisas possam caminhar.

Essas são, portanto, as funções básicas da Dra. Anna Peliano, que tem que discutir com todos, independentemente do partido político do prefeito ou do governador. E quantas vezes eu vejo dizerem, de má-fé, que os recursos estão sendo usados para atender a interesses políticos. Ora, quando o Presidente ganha a eleição como nós ganhamos em Goiás, quando o Governador ganha a eleição como nós ganhamos em Goiás, maciçamente, praticamente em todos os municípios e nos mais pobres também, evidentemente, se se quiser colocar, de má-fé, de ponta-cabeça, vai-se dizer: “Não, foi dado o recurso porque lá o Presidente ganhou, porque lá o Governador ganhou.” Mas nós ganhamos em toda parte, por sorte nossa e espero que do povo também, não é?

Se foi assim, como é possível? É de má-fé utilizar esse argumento de dizer que o recurso está sendo dado por razões políticas. Os que são dos outros partidos, que não formam o bloco do Governo, sabem que temos ajudado – ajudado, não: feito o que é necessário, independentemente da coloração política da prefeitura ou do governador.

O Conselho da Comunidade Solidária, que a Ruth vem dirigindo com competência, com interesse, com afinco, é um espaço de parceria do Governo com a sociedade, que custou a entender, no início, esse processo. Custou muito. Por quê? Porque não percebeu que não se tratava de criar um conselho dotado, ele próprio, de recursos para fazer clientelismo. Hoje, todos sabem que não é assim. Mas custou, porque se imaginava – quantas vezes eu vi isso, na campanha eleitoral – que a proposta, aliás, idealizada pelo Paulo Renato, com a Anna Peliano, com a Ruth, com todas as outras pessoas que dele participaram, era para ganhar a eleição. Mas, meu Deus! É preciso mudar essa mentalidade.

Eu apelo, aqui, à imprensa, nesse sentido. Ou se muda essa mentalidade, ou se atrapalha o Brasil a avançar, porque essa mentalidade não tinha nada a ver com o programa. E, aí, se dizia: “Não, é um bolsão de dinheiro que vai ser usado.” Não. Não tem um tostão o

Conselho da Comunidade Solidária. Não tem um tostão. Quem tem recurso é o Governo, e nos Ministérios. E não tem recurso específico para ser distribuído, ao bel-prazer, pelo Ministro ou pelo Presidente, não: há recursos que têm que ser postos a serviço de programas. Esses, sim, são discutidos na interlocução com os senhores, nos estados, nos municípios, como vemos no Conselho da Comunidade Solidária, o qual tem uma enorme função, que é a de despertar o interesse da Nação, do País para certos projetos, para certos programas.

Vejam a questão do Universidade Comunidade Solidária, que, no início, foi visto com muito ceticismo. Foi feito por teimosia, teimosia da Ruth, teimosia da Anna, teimosia do Paulo Renato e apoio de pessoas importantes para o seu desenvolvimento; das Forças Armadas, que se jogaram no processo – não é? –, dos setores estatais, que sempre se jogam, quando são chamados à briga. E deu certo. Estamos avaliando o resultado dele, de um projeto que não estava, inicialmente, posto para ser um programa.

Bom, é essa a função desse conselho dirigido pela Ruth, que não se confunde com a Comissão-Executiva do Comunidade Solidária, que, essa, sim, é órgão do Governo e tem autoridade para, de dentro dele, falar com o setor burocrático. O Comunidade Solidária não fala de dentro dele. Ele dialoga, ele reclama, ele pede, ele cria. Espero que ele ajude também, que ele proponha também, e tem ajudado, e tem proposto. Mas essa é outra função.

É difícil fazer passar essa idéia.

Bom, quero agradecer aos conselheiros do Comunidade Solidária, que têm se dedicado – já me referi ao Universidade Solidária – mas não é só isso, não: têm se dedicado, mas têm criticado. Isso não nasceu ontem. Isso vem do Consea. A experiência vem do passado. Veio do Consea, com programas de alimentação. Nós aumentamos o escopo, isso, sim, criamos uma integração de outro tipo dentro do Governo. Mas os conselheiros têm ajudado, e bastante, na sugestão de programas novos, na crítica dos atuais, na crítica da postura geral do Governo. E o Governo tem que estar sempre aberto à crítica, desde que ela seja, como é o caso, de boa-fé. Não precisa ser crítica

partidária, mas tem que ser de boa-fé. Sendo de boa-fé e quando justa, a crítica é aceita.

E, é verdade, houve resultados positivos. Não sou garoto-propaganda – às vezes, faço o papel –, mas quero dizer que há resultados concretos, positivos, que a Dra. Anna Peliano já mostrou aqui. Nós sempre comparamos com o ano passado, porque era esse ano que tínhamos; não é para dizer que o Governo passado não fez. Eu era membro do Governo passado, membro decisivo no Governo passado, do Itamar Franco: Ministro da Fazenda, Ministro da Justiça. Então, tudo o que falo é sobre mim também.

Quando a inflação está muito elevada, ninguém vê nada. Daí, os escândalos. Quem é o responsável? Os que não tiveram coragem de enfrentar a inflação, porque, com a inflação alta, governa-se da mão para a boca, não há tempo de olhar o horizonte. E, não havendo tempo de olhar o horizonte, muitas vezes se confunde tudo, e, de repente, quando você vê, tem um tremendo problema, ali, criado. Não há um responsável, muitas vezes, individual: é toda uma situação.

Pois bem, como estabilizamos a economia, hoje temos mais condições de divisar o horizonte e de comparar também, como quando se vê o número de gestantes e de crianças desnutridas atendidas, que, no ano passado, foi de meio milhão: no ano de 1995, foi de 600 mil.

Na área da saúde quero dar um depoimento. Eu fui lá ao interior do Ceará, a uma cidade que não sabia que existia – falta minha –, chamada Iracema. O nome é famoso por causa de José de Alencar. Muito bem. Fui lá ver um programa ao qual devoto uma atenção toda especial: Agentes Comunitários de Saúde.

Iracema é uma cidade pobre, é uma cidade que, quando havia o algodão na região, empregava muita gente. Infelizmente deu-lhe aquela praga chamada bicudo, e o bicudo destruiu os algodoads, pelo menos o tipo de algodão que lá se cultivava, o que levou ao desemprego. Seca e desemprego, imaginem os senhores. Goiás é abençoado, não tem seca, e o desemprego é menor do que nessas regiões. Pois bem. Cidade paupérrima. Eu visitei três ou quatro

casas da população para ver como funcionava o Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

Estive lá com as pessoas que praticam: o agente comunitário, a enfermeira e, na retaguarda, o médico. Convênio: município, estado, União – esse mesmo modelo. E fui ver os doentes em casa. Visitei uma senhora cardíaca de 80 e tantos anos, deitada numa rede, que antes não tinha atendimento ou, para ter atendimento, ia para o hospital. E o hospital não era ali. Ia para o ambulatório e, de lá, para o hospital. Mas agora, não: fica em casa. Senhora simpática, fez um esforço para se levantar para me beijar. Eu me abaixei para beijá-la na rede. Uma senhora cheirosa, dessas brasileiras de uma pobreza grande. Casa de chão, de terra batida. Ela, cheirosa – feliz, não diria, porque estava doente, mas, pelo menos, estava se vendo que era gente, e gente tem vida, tem consideração. Atendida por quem? Por pessoas simples, que não são médicos, não são grandes doutores, mas sabem aquilo de que a população precisa.

Fui a uma outra casa, de um paraplégico, e a outra de alguém que tinha tido um problema renal grave. Depois, fui discutir quais os efeitos disso. Custava crer, mas eles têm estatísticas do que vêm acompanhando. A queda da mortalidade infantil é vertiginosa.

Eu vejo, aqui, também, que o número de consultas médicas em Major Vieira, Santa Catarina, caiu 38%, no segundo semestre de 1995; que lá, em Nossa Senhora dos Remédios, no Piauí, o prefeito disse que não precisou ir aos corredores de Brasília para buscar aquilo que era elementar, porque teve o efeito do Comunidade Solidária ajudando na formação dos recursos para atender as questões mais elementares.

Lá, nessa cidadezinha de Iracema, há queda – não me lembro o número de cabeça, mas custa crer que seja verdade –, cai a mortalidade infantil. Esse programa é essencial, e nós aumentamos para 40 mil o número de agentes comunitários de saúde. Já estive algumas vezes com eles. Fui lá a Iracema – como disse aqui o Governador e amigo, não é fácil para o Presidente, para qualquer pessoa, muito menos para um presidente da República, que quando se move há um

batalhão junto –, fui lá para chamar a atenção do Brasil. Perguntaram-me, lá, sobre reeleição. Fiquei com raiva. É preciso mudar essa mentalidade, é preciso ver os problemas sociais que estão ali. Se o Presidente vai lá, não é para discutir uma coisa institucional. Isso se discute em Brasília.

Nós temos que nos abrir ao povo, aos excluídos. Preciso do apoio também dos transmissores de idéias, porque, se levamos o nosso debate ao feijão-com-arroz irritante da intriga, não se vai longe no Brasil. Aliás, vai-se. Quem não vai é quem ficar com intriga. Na verdade, tem-se que ver o que acontece na vida concreta dessa gente e como um programa desses, de agentes comunitários de saúde, começa a funcionar. É preciso ir lá ver. Eu almocei na casa de um deles. Os dois eram aposentados. Comida boa. Eu gosto da comida do Nordeste.

Certas coisas nós temos que entender. Não é porque eu queira fazer propaganda de nada: é para o Brasil ver o que está acontecendo. E temos que apoiar esse Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

A mesma coisa, para dar um exemplo, ocorre na educação, em que houve uma efetiva transformação, como o Governador mencionou, uma coisa verdadeira, uma efetiva transformação que vai render fruto no decorrer do tempo, não só porque estamos, hoje – eu já referi de público, até –, entregando o livro didático, mas porque dobramos de 56 milhões para 110 milhões o número de livros didáticos. Fizemos convênios com alguns estados e, em outros, fizemos a entrega diretamente. Em março, no que diz respeito à área federal, fora os convênios, atingimos 98% dos municípios, quando, no passado, o recorde foi de 25% em março, para o livro chegar na hora para a criança. Não é fácil e certamente há falhas.

Aqui, em Corumbá de Goiás, fui informado de que os livros para a 4ª e a 5ª série em diante não tinham chegado ainda, mas vão chegar. Nós estamos checando, e isso é fundamental, porque é por aí que se muda, é na persistência e nessa preocupação concreta com os meios mais elementares: saúde e agentes comunitários; escola, escola primária, fundamental, e merenda escolar. O dinheiro da escola a diretora recebeu pela primeira vez. Vamos ver se recebeu e o que ela fez com o

dinheiro daqui a pouco. Coisas simples, coisas diretas de que o País precisa, e se vão sentindo as modificações.

Não tenho dúvida, nesse sentido, de que o balanço do esforço do Comunidade Solidária é positivo. Quero também dizer o seguinte: o Governo vai cumprir a sua parte. Ontem reuni os Ministros da área social, e, na sexta-feira, temos de novo uma reunião. Os Ministro Paulo Renato, Adib Jatene, a Dra. Anna Peliano e a Dona Lúcia Vânia estiveram lá na reunião. O Embaixador Sérgio Amaral também esteve lá. Amanhã, teremos outra reunião para afinarmos a questão do entrosamento da coordenação, não só do Comunidade Solidária – é mais amplo do que isso –, mas dos programas. E os recursos não vão faltar; os recursos com que estamos nos comprometendo para o Comunidade Solidária não vão faltar.

Recurso, quando a gente quer, encontra-se. É questão de insistir, dar prioridade e fazer com que eles fluam para aqueles pontos que são essenciais.

Entre eles, incluo a questão do combate à fome, à mortalidade infantil, os programas essenciais de educação, o atendimento ao treinamento para emprego, para dar alguns exemplos. São programas que nós temos que realmente fazer. E não adianta só a minha vontade, porque ela existe, mas é preciso que haja realmente uma vontade que se organize. Daí a importância deste encontro aqui com os interlocutores. Mas nós vamos fazer.

Eu também queria dizer o seguinte: não basta dar recurso e fazer, é preciso avaliar resultados. Na área econômica, nós discutimos isso ontem. Acho que foi o Embaixador Sérgio Amaral que levantou a questão. Na área econômica, temos vários institutos de pesquisa. Eu dizia ontem que toda a semana eu recebo um relatório da Secretaria de Política Econômica. Eu sei a quantas andou a inflação, detalhadamente, que item subiu, que item não subiu, etc.; sei como está a base monetária do País, quanto nós emitimos, quanto não emitimos; sei quantos títulos foram colocados, sei quanto está o câmbio, como é que ele variou; sei como está a exportação. Toda a semana, eu tenho essa informação.

Não tenho a mesma informação na área social, porque essa informação não existe ou, se existe, é fragmentária, ou, muitas vezes, ela existe dentro do próprio Governo, mas erradamente, como no caso de uma pesquisa em educação em que o IPEA faz cálculos errados sobre a destinação da educação e, depois, alguém mal informado vai para a imprensa ou a público dar uma declaração e diz: “O Governo está gastando menos em educação do que antes.” Isso não é verdadeiro, mas pegam um dado mal proposto por nós próprios, põem esse dado de cabeça para baixo e fazem uma manchete. E o Brasil fica pensando que estamos piorando, quando estamos melhorando.

Então, acho que temos que avaliar resultados; é muito importante avaliar os resultados.

Agora, por fim, peço desculpa mais uma vez, porque já falei demais, mas quero lhes dizer que este é o objetivo do programa nosso: combater a fome, a pobreza. Esse foco não pode ser perdido. Ele não é o conjunto dos programas do Governo, mas esse foco é essencial e não pode ser perdido naqueles itens que estamos delineando. E, aí, chegou a hora de estendermos o programa.

Até o ano passado, ele atendeu 302 municípios entre os mais pobres do País. Pois bem, vamos passar, em 1996, para 1.100 municípios, ou seja, o conjunto dos municípios que constituem realmente os mais pobres, pelos critérios definidos pelo IBGE. E vamos atender 6 milhões de famílias, ou seja, cerca de 12 milhões de brasileiros. Aí vamos ter que medir a redução da mortalidade infantil, a suplementação alimentar dos estudantes, das famílias carentes, o apoio ao ensino fundamental, medir o que vai acontecer com isso. É importante.

Vejam. Eu sei que uma parte do avanço vai ser dada indiretamente. Por quê? Por causa do Plano Real. Nunca houve uma distribuição de renda equivalente à que está sendo feita no Brasil, hoje. Não existe separação entre econômico, por um lado, e social, pelo outro. Ou a gente coloca o social no âmago do econômico, ou vai ser sempre uma coisa, uma migalha. Nós não queremos um Brasil de migalhas.

Uma coisa são os problemas emergenciais, e, outra, é a concepção do desenvolvimento. Aí, respeito ao meio ambiente, respeito ao soci-

al e desenvolvimento econômico têm que vir juntos. O grande êxito do Plano Real foi que ele não foi feito como muitos outros planos. Alguns, no Brasil, tentaram algo diferente e tiveram êxito inicial, mas, no mundo, quase todos os programas foram feitos provocando recessão, diminuindo o salário e levando ao aumento das questões sociais. Vejam os números antes de falar, números sobre emprego, números sobre salário, números sobre distribuição de renda: todos são favoráveis. Todos. Eu tenho todos eles e acho que estão à disposição dos interlocutores. Tenho dados do Governo, dados dos sindicatos, dados de onde seja, de organismos internacionais. Todos mostram que houve uma distribuição efetiva de renda.

O consumo de proteínas aumentou 30%. Nós estamos passando até para uma outra faixa de consumo. Passamos da faixa de consumo básico de alimento para começar a ter consumo de outros tipos de bens de uso doméstico, como, por exemplo, liquidificadores, geladeiras, sobretudo televisões. Houve um aumento de 50% – é como a queda da mortalidade infantil – na venda de televisor no Brasil. E este ano o aumento continua.

Então, é preciso perder o preconceito, olhar os dados e ver o que está acontecendo. Está havendo uma revolução branca devido ao fato de que, com a estabilização, sem uma política de repressão e sem arrocho salarial, na verdade houve um aumento enorme de consumo popular. E todos aqueles que produzem para a área popular sabem disso.

Então, uma parte do que vai acontecer não é pelo esforço direto nosso, do Comunidade Solidária e dos programas sociais; é indireto. Isso não nos deve entristecer. Ao contrário. Dado que existe na sociedade esse movimento mais positivo para a distribuição de renda, é o momento de acelerarmos os programas específicos, porque, se juntarmos estes com aquele, damos um salto.

Vou terminar, Governador, dizendo o seguinte: o Brasil hoje tem uma produção de 600 bilhões de dólares, tem uma renda *per capita* que se aproxima de 4 mil dólares. Quando se chega a esse ponto, é possível dar o salto, mas o salto não é mais no investimento só. O

salto é na área social: é na educação, é na saúde, fundamentalmente, é no treinamento da mão-de-obra, é na geração de emprego. Esse é o nosso desafio.

Para sermos, como pediu o Governador, reconhecidos como um país sério lá fora, nós temos que ser não só um país que não esconde, como não estamos escondendo, as nossas mazelas, e, sim, mostrando, mas também um país que é capaz de fazer essa transformação para o bem-estar concreto da população.

É esse o nosso desafio. Para isso eu vim aqui, para pedir a vocês que continuem trabalhando juntos, para pedir a vocês que continuem firmes nesse esforço, que é um esforço inovador; e que, respeitando as diferenças de opinião de quem quer que seja, nós tenhamos a capacidade de convergir naquilo que venha a ser, realmente, do interesse do povo brasileiro.

É com esse espírito, Governador, que eu vim aqui, e me sinto muito reconfortado por ver a expressão de quem já falou, aqui, em nome dos interlocutores, por ver, na expressão daqueles que me antecederam, que há coincidência de propósitos.

Vamos, portanto, aproveitar esta ocasião e fazer realmente muito empenho, com urgência, para darmos esse salto de que o Brasil tanto necessita na área social.

Muito obrigado.

